

# Interactivos Travessials

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

## NOVO ENSINO MÉDIO E OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: POSSIBILIDADES PARA OS MULTILETRAMENTOS?

### NEW HIGH SCHOOL AND FORMATIVE ITINERARIES: POSSIBILITIES FOR MULTILITERACIES?

Débora Liberato Arruda HISSA<sup>1</sup>

Jaciara de Barros BRASIL<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, problematizamos a premissa que sustenta a reforma do Ensino Médio, que ficou popularmente conhecida como Novo Ensino Médio, de que os jovens serão mais bem preparados para o mercado de trabalho tendo em vista que eles podem escolher o seu percurso de formação baseado em sua aptidão, em sua vocação e nas demandas profissionais. Para tanto, refletimos as ideias de flexibilidade, de autonomia, de mercadorização que estão implicadas em peças publicitárias que promovem o Novo Ensino Médio. As propagandas e os textos analisados são de organizações ligadas a grandes grupos empresariais e financeiros brasileiros, como o banco Itaú, o Sesi, o Senac, o Sebrae, a Fiesp, o Grupo Globo, o Itaú Social e a Fundação Bradesco. Com base nos preceitos da Pedagogia dos Multiletramentos (NLG, 2021) de diversidade de práticas culturais e linguísticas, analisamos as possibilidades de trabalho teórico-metodológico com os multiletramentos, referendados na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, a partir de um letramento crítico de abordagem autêntica (KALANTZIS, COPE e PINHEIRO, 2020) que reflete não apenas as práticas emergentes e contemporâneas demandadas pelo mercado de trabalho, mas sobretudo a exclusão, nos itinerários formativos, de uma formação cidadã e reflexiva sobre política, economia, educação e cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novo Ensino Médio. Itinerários Formativos. Formação Técnica. Multiletramentos.

**ABSTRACT:** In this article, we discuss the premise that supports the reform of High School, which became popularly known as New High School, that young people will be better prepared for the labor market, once they can choose their training path based on their aptitude, vocation, in professional demands. We reflect the ideas of flexibility, autonomy, commodification that are implied in advertising pieces that promote the New High School as an effective measure for young people in the 21st century. The

1. Doutora em Linguística Aplicada. Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: debora.arruda@uece.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6075-5585>.

2. Doutoranda em Linguística Aplicada. Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: jaciara.brasil@aluno.uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2658-545X>.

advertisements and texts analyzed are from organizations linked to large Brazilian business and financial groups, such as Banco Itaú, Sesi, Senac, Sebrae, Fiesp, Grupo Globo, Itaú Social and Bradesco Foundation. Based on the precepts of the Pedagogy of Multiliteracies (NLG, 2021) of diversity of cultural and linguistic practices that occur in the modern world and that are crossed by Didactic Information and Communication Technologies (TDICs), we analyze the possibilities of theoretical-methodological work with multiliteracies, endorsed in the National Common Curriculum Base of High School, from a critical literacy with an authentic approach (KALANTZIS, COPE and PINHEIRO, 2020) that reflects not only the emerging and contemporary practices demanded by the labor market, but above all the exclusion in formative itineraries of a citizen and reflexive formation on politics, economy, education and culture.

**KEYWORDS:** New High School. Formative Itineraries. Technical graduation. Multiliteracies.

### **1. A escola e o mercado de trabalho: formação de mão de obra ou de cidadão?**

Iniciamos nosso texto com uma provocação simples que, embora seja central para quem trabalha com educação escolar, segue à margem dos debates com os agentes que prescrevem as doutrinas pedagógicas: *a escola deve preparar os alunos para o mercado de trabalho?* A função da escola não seria problematizar justamente o mercado de trabalho e promover a cidadania dos educandos com base na crítica ao modo de produção capitalista neoliberal vigente? Não seria papel da escola se opor a um mercado de trabalho que retira muitos direitos trabalhistas conquistados há duríssimas penas com a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) criada em 1943 no governo de Getúlio Vargas? Estas reflexões nos lembram de uma grande contradição que existe na escola: a premissa das aspirações igualitárias, que condizem com o imaginário de nossa sociedade, e a divisão social em classes, que separa a base proletária e o topo de pirâmide burguesa. Para Laval (2019), essa contradição acelera a imposição da concepção de mercado liberal na escola por meio de um discurso de superação, autonomia, empoderamento, empreendedorismo, meritocracia [sobretudo quando se começa a ver a escola como empresa e os professores como gestores de capital humano], porém que, na realidade, ele só agrava tal contradição.

Atualmente, quando se pensa em escola, pensa-se em uma empresa, em um empreendimento, em commodities, e não em uma instituição que promove e estimula práticas libertárias, multiculturais, multiletradas, multilingues, que valorizam uma “discussão prática acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do

aprendizado uma experiência de inclusão” (HOOKS, 2017, p. 51). A escola deveria formar cidadão e não mais capital humano para manter a competitividade das economias nacionais e regionais (LAVAL, 2019); deveria problematizar a acumulação do capital humano excedente (massa de desempregados) que será cooptado pela narrativa neoliberal de empreendedorismo e meritocracia. A escola não deve ser pautada pela satisfação do cliente (mercado) e do consumidor (pais e alunos) que exercem um papel de centralização política e econômica cada vez mais vigente e preconizam um caráter de normatização simbólica dos preceitos mercadológicos. Estas dicotomias entre narrativas antitéticas que envolvem a escola nos colocam diante de dois truísmos inevitáveis e incontornáveis: nenhuma educação é politicamente neutra; nenhum mercado de trabalho é economicamente pedagógico.

Tais provocações iniciais, para além de marcar nossa posição argumentativa aqui neste texto, objetivam trazer uma mudança radical no modo de olhar as práticas e os eventos de ensino-aprendizagem que envolvem a maior agência de letramento que temos socialmente: a escola. Isso porque, nestas duas primeiras décadas do século XXI, a escola vem consolidando uma didática voltada quase que exclusivamente para resultados, advindos da relação produtivista do saber/conhecimento medida por competências e habilidades (cf. a Base Nacional Comum Curricular, por exemplo). Esta centralidade na didática de resultados tira a força do coletivo social como local de interação originário e formativo para a aquisição de conhecimento e amplia a disputa entre indivíduos em fase de formação epistêmica, fisiológica, ética e subjetiva.

A ideia produtivista do saber julga-se uma resolução tecnocientífica e emancipatória, esquecendo-se de que estamos circunscritos em um mundo no qual, no que diz respeito ao aparato tecnológico e científico, a fome já poderia ter sido eliminada há muito tempo. Logo, esta relação produtivista entre saber-ciência não reflete como as normas sociais – associadas a determinadas formações culturais (economicamente valorizadas) – e a educação escolar podem criar barbárie, opressão, miséria, governos ditatoriais, mortes e regimes de exceção. No Brasil, foi neste contexto de resolução tecnocientífica, produtivista e “emancipatória” que surgiu a Medida Provisória n. 746/22 que dispõe sobre a reforma do (novo) Ensino Médio no Brasil.

O discurso por trás das políticas reformistas cria uma narrativa, pouco discutida socialmente, de modernização das escolas, de melhorias na eficiência do ensino, negando qualquer caráter ideológico, político ou econômico. Os sujeitos envolvidos se apresentam como técnicos ou especialistas, pragmáticos e realistas [nem de esquerda nem de direita] que se preocupam exclusivamente com o desempenho (LAVAL, 2019) tanto da instituição esco-

lar como dos sujeitos envolvidos (discentes e docentes). O discurso reformista não admite que as mudanças propostas para o Novo Ensino Médio tratam-se antes de uma aplicação de lógicas econômicas à pedagogia escolar, que pouco ou quase nada se preocupam com a diversidade social, com a variabilidade de convenções de significado em diferentes situações culturais e sociais (KALANTZIS, COPE e PINHEIRO, 2020).

Com base na ideia de que a escola deve ampliar os letramentos dos educandos, reconhecer as múltiplas vozes, as diferentes culturas, os variados modos de interação (texto, imagens, mídias, hipermídias, etc.), neste texto, problematizamos a discussão sobre mercado de trabalho e educação brasileira, sobretudo no que diz respeito ao Novo Ensino Médio e a famigerada ideia de autonomia, protagonismo e liberdade de escolha (dos jovens) que vemos nas peças publicitárias governamentais, as quais promovem a difusão de tais prerrogativas de empoderamento estudantil. Tais prerrogativas escondem que a educação escolar se tornou a maior força produtiva para a acumulação de capital a partir do momento em que as exigências técnicas do mercado de trabalho começaram a comandar os currículos, as disciplinas, os materiais didáticos e os documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular. Estas exigências técnicas fazem parte de um plano de representação capitalista que busca a terceirização do trabalho, suas múltiplas formas de precarização e de intensificação do tempo laborativo, dentro da lógica de mercadorização (ANTUNES, 2020) alicerçada pela educação escolar.

Diante desse cenário de subserviência mercantil da escola com o mercado, a educação passou a ser um investimento que disciplina tanto a criança quanto o jovem a ter um comportamento competitivo já que a ideologia dominante orbita em torno do princípio universal neoliberal da livre concorrência. Por meio de suas ideias, somos livres para competir no/pelo/para o mercado, livres para nos adaptar às suas regras de seleção, livres para querermos o que eles (os capitalistas) querem que queiramos. Somos livres para nos adaptar a um modelo econômico baseado em competências individuais que imprimem uma realidade escolar permeada por padronizações, universalizações, testagens em larga escala, avaliações punitivas e autorresponsabilização pelo mérito/fracasso no acesso ao mercado de trabalho.

Diante desse cenário de liberdade didatizada/engessada, a Pedagogia dos Multiletramentos pode ser um bom percurso de contrafluxo para lidar com as experiências, as práticas, os eventos reais advindos tanto da interação social, quanto da relação com o ambiente natural de trabalho enquanto forma de sociabilidade, de interação de singularidades, de expressão coletiva de forças emancipatórias e libertárias. Isso porque os Multiletramentos vão ao encontro de uma pedagogia dos letramentos críticos, a qual não se concentra em

habilidades mecânicas ou na aprendizagem de fatos e de regras separadas dos usos reais (KALANTZIS, COPE e PINHEIRO, 2020, p. 141). Esta pedagogia envolve os estudantes como atores sociais, levanta questões multiculturais e identifica problemas e desafios contemporâneos e emergenciais.

Com a premissa implicada na pedagogia dos letramentos críticos de que todo ato de educação **é um ato político**, vamos analisar neste artigo a proposição dos itinerários formativos para o Novo Ensino Médio em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a Pedagogia dos Multiletramentos (NLG, 2021) a partir de peças publicitárias publicadas nas redes sociais.

## **2. Base Nacional Comum Curricular e a Pedagogia dos Multiletramentos nos itinerários formativos**

Sabemos que a reforma do Ensino Médio, lançada em 2017, estabeleceu mudanças que envolveram desde alteração de carga horária até exclusão/redução de disciplinas (como Educação Física, Filosofia, Sociologia e Espanhol) e inclusão de projetos ao currículo desta etapa da educação básica brasileira. Uma dessas mudanças consiste no cumprimento de itinerários formativos que oferecem, entre cinco eixos, a opção de Formação Técnica Profissional. De acordo com a Lei nº 13.415, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a estrutura do Ensino Médio sofreu algumas mudanças sendo, assim, implementado o Novo Ensino Médio. Dentre as mudanças mais significativas, tem-se o aumento da carga horária mínima de permanência do estudante na escola de 800 para 1000 horas anuais e a obrigatoriedade da oferta de itinerários formativos. De acordo com o portal oficial do Ministério da Educação (MEC) na Internet<sup>3</sup>, os itinerários formativos são

[...] o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os *estudantes poderão escolher no Ensino Médio*. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. *As redes de ensino terão autonomia* para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar (BRASIL, 2018. Destaques nosso).

---

3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>.

Como vimos pela citação retirada do Portal do Ministério da Educação (MEC), estes itinerários são ofertados para os alunos, porém não são escolhidos por eles, e sim pelas redes de ensino. Muitas escolhas dos itinerários podem, juntamente com a exclusão de disciplinas marcadamente voltadas para as Ciências Humanas, alicerçar a base social de uma estrutura de dominação em prol de um projeto pedagógico que uniformiza, padroniza e seleciona os alunos pelos resultados apresentados nas avaliações de larga escala. Podemos inferir a grande valorização de itinerários que tragam no seu planejamento o ensino-aprendizagem que envolvam as tecnologias digitais (marcadamente demandas pelo mercado atual).

As apostas equivocadas num currículo que prepare esses alunos para um mundo cada vez mais digital e financeirizado tornam o cenário desalentador para os que pisam o chão da escola e pensam e sofrem seus reveses. A falácia de restringir os conteúdos considerados “ideologizados”, bem com a de tolher o acesso dos jovens às grandes questões filosóficas, sociológicas, de gênero e sexo, os interdita de forma indelével, enfim, os impede de *serem*: de forma livre, ativa, criativa e cidadã (CONSIDERA, 2019, p. 74. Grifos do original).

Segundo o MEC, o Novo Ensino Médio deve preencher seu currículo em 60% com as disciplinas orientadas e ofertadas pela Base Nacional Comum Curricular, o que caracteriza a Formação Geral Básica do currículo. Os outros 40%, por sua vez, devem ser destinados aos itinerários formativos que, caracterizados como a parte personalizável e flexível da grade curricular, serão responsáveis pelo aprofundamento técnico e profissional do estudante, de forma optativa, dentro das quatro áreas de conhecimento já mencionadas, além da Formação Técnica e Profissional. O objetivo, de acordo com anúncio do Ministro da Educação no início do segundo semestre de 2021, é implementar o Novo Ensino Médio em 2022 para o 1º ano e, até 2024, atingir os três anos correspondentes ao Ensino Médio.

Diante das alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2018, a BNCC do Ensino Médio foi homologada propondo uma universalização do ensino. A Base é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais aos estudantes do Ensino Básico através do desenvolvimento de dez competências gerais que são mobilizadas através de conhecimentos e habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais nos âmbitos da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8). Segundo Hissa e Sousa (2020), “a BNCC faz um estreito diálogo com a pedagogia dos multiletramentos publicada em 1996 pelo Grupo de Nova Londres.”, o que é reafirmado por Coscarelli e Correa (2021). Isso quer dizer que olhar os itinerários formativos em consonância com os multiletramentos e a pedagogia dos letramentos críticos implica uma relação também com a BNCC.

Ao cunhar o termo “multiletramentos”, há 25 anos, o New London Group (NLG)<sup>4</sup>, ao publicar seu Manifesto intitulado *Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais*, propõe uma reformulação nas práticas de letramento em sociedades que, em 1996, passavam por grandes mudanças sociais, culturais e tecnológicas que configuravam e constituíam um cenário de multiculturalidade, multilinguagem e multimodalidade.

Em primeiro lugar, queremos ampliar a ideia e o escopo da pedagogia do letramento para dar conta do contexto de nossas sociedades cultural e linguisticamente diversas e cada vez mais globalizadas, incluindo as culturas multifacetadas, que se inter-relacionam, e a pluralidade de textos que circulam. Em segundo lugar, argumentamos que a pedagogia do letramento deve levar em conta a variedade crescente de formas de texto associadas às tecnologias de informação e de multimídia. Na verdade, esse segundo ponto está intimamente relacionado ao primeiro: a proliferação de canais de comunicação e de mídia apoia e amplia a diversidade cultural e multicultural. Desse modo, nosso olhar se volta para o objetivo de criar as condições de aprendizagem para a plena participação social, e a questão das diferenças assume uma importância crítica (NEW LONDON GROUP, 2021, p. 102).

No Brasil, Ribeiro (2020) apresenta críticas sobre a demora (considerada em torno de 20 anos) em se pensar em novas práticas de ensino e na adoção do conceito de multiletramentos. O termo só ganhou força nacional de fato (e passou a ser visto em cursos de formação docente e em materiais didáticos) quando multiletramentos apareceu registrado na BNCC. Porém, esta nova pedagogia dos multiletramentos apresentada na BNCC acabou prescrevendo a adoção de práticas de letramento de modo universalizante (que deve ser adotado por todas as escolas do país), sem considerar o básico necessário para que elas fossem realizadas (as estruturas físicas das escolas, a formação e o incentivo aos professores, e os diversos contextos sociais nos quais estão inseridos os estudantes brasileiros). Assim, ao padronizar os currículos, os materiais didáticos e os itinerários formativos (em franca contradição com a ideia de liberdade de escolha), as escolas vão de encontro aos pressupostos básicos da pedagogia dos multiletramentos, que advoga pelo engajamento crítico entre o conhecimento e a experiência, “construindo um dos princípios da democracia: o de que as pessoas são livres para manifestar seus atos nos processos de governança que afetam suas vidas (KALANTZIS, COPE e PINHEIRO, 2020, p. 147-148).

---

4. O NLG é composto pelos seguintes membros: Allan Luke, William Cope, Carmen Luke, Courtney Cazden, Charles Eliot, Gunther Kress, Jim Gee, Martin Nakata, Mary Kalantzis, Norman Fairclough, Sarah Michaels. O grupo foi responsável pela publicação de um manifesto, publicado em 1996, chamado *A pedagogy of multiliteracies: designing social futures*.



Apesar de que a pedagogia do multiletramentos tome como premissa primordial a diversidade cultural, identitária e linguística, Hissa e Sousa (2020), ao discutirem sobre o grupo de autores da BNCC, apresentam que o documento é tanto um reflexo da hegemonia europeia e norte-americana em relação à produção de conhecimentos, como de uma epistemologia de sudestamento dos documentos curriculares brasileiros, marcadamente escritos e prescritos pelo instituições de ensino de São Paulo, que propõem competências e habilidades como proposta curricular universal, premissa incompatível com a conjuntura plural, desigual e segregacionista promovida pelo sistema de educação no Brasil.

A partir desse contexto, ao refletirmos sobre o propósito dos itinerários formativos que estão em franco diálogo tanto com a BNCC quanto com o manifesto do NLG, procuramos problematizar os fundamentos da reforma do Ensino Médio que trazem na ideia dos itinerários a vertente democrática do projeto, uma vez que, assim como a pedagogia dos multiletramentos, defenderia um ensino através de projetos que envolvam a diversidade entre os estudantes e visam oferecer, também, visibilidade às dimensões profissional, pessoal e de participação cívica (PINHEIRO, 2016, p. 526). Concordamos com Considera (2019) quando ela aponta a incapacidade de o Governo ser capaz de promover a variedade necessária de percursos formativos para a “livre” opção dos jovens escolherem seus itinerários formativos baseado em suas predileções formativas e assim ter uma educação multicultural e multilíngue. O que se viu na proposição dos itinerários foi uma preferência das redes de ensino pela educação profissional, pelo ensino das ferramentas de tecnologia digitais, bem como por cursos módulos pautados pelas demandas do mercado.

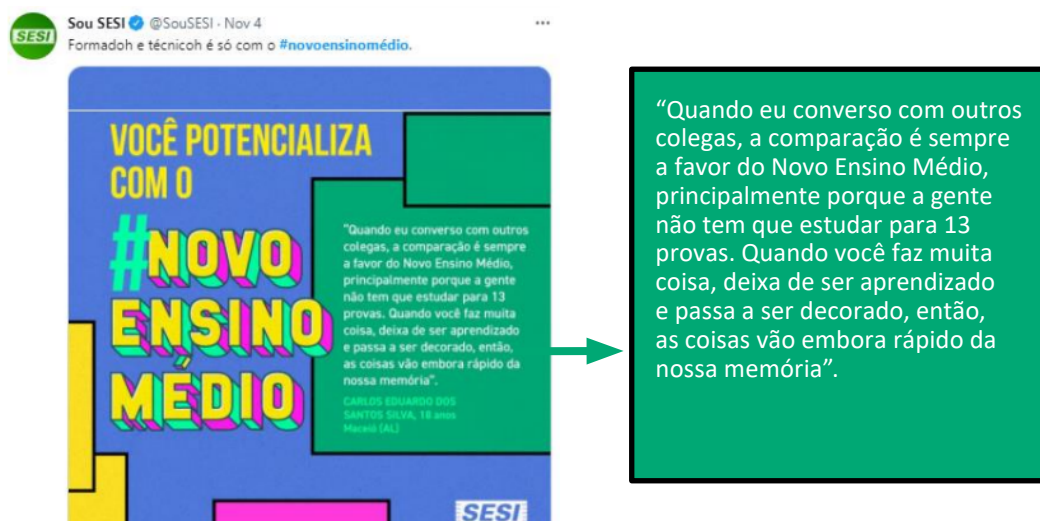
### **3. Novo Ensino Médio em peças publicitárias: o aluno no mercado de trabalho?**

Uma vez que o projeto do Novo Ensino Médio foi anunciado, críticas por parte da academia e de grupos da sociedade civil que se interessam pela educação (órgãos políticos, profissionais da educação, estudantes e famílias de estudantes) vêm surgindo, o que demonstra um caminho de incertezas pelo qual trilha o sistema educacional no Brasil. Zaidan (2019), ao refletir sobre a realidade da maioria das escolas brasileiras, concebe a reforma do Ensino Médio como antidemocrática, uma vez que o ato não garantiu “a escuta e a deliberação das diversas instâncias que compõem o sistema representativo popular (conselhos, fóruns) e sendo até mesmo considerada inconstitucional pelo próprio Ministério Público” (ZAIDAN, 2019, p. 1319). A autora problematiza, ainda, a não obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia e Sociologia na nova configuração do currículo do Ensino Médio, deixando de atender a muitas demandas sociais.

Para uma análise mais acurada da divulgação do Novo Ensino Médio pelo Governo, fizemos uma busca nas principais plataformas de redes sociais gratuitas em uso no Brasil. Em uma busca na plataforma de comunicação Twitter, utilizando o termo #novoensinomédio<sup>5</sup>, é possível identificar, por meio de postagens sobre experiências compartilhadas e divulgadas em perfis públicos na rede social, que algumas instituições já vêm adotando as mudanças no Ensino Médio. O perfil *Sou SESI*<sup>6</sup> (@SouSESI), por exemplo, chamou nossa atenção pela quantidade de conteúdo postado referente ao Novo Ensino Médio. O perfil se descreve como o “Canal oficial do Serviço Social da Indústria (Sesi)”.

A figura 1 mostra uma das postagens realizadas pelo perfil *Sou SESI*, em 4 de novembro de 2021. Ela traz uma imagem que contém a frase “VOCÊ POTENCIALIZA COM O #NOVOENSINOMÉDIO”. O design gráfico da figura destaca a grande saliência aferida na imagem pelo contraste de cores, tamanho e tipografia utilizados para destacar a logo Novo Ensino Médio. Há uma legenda marcadamente inspirada em postagens do ambiente digital, sobretudo das redes sociais, que acompanha a imagem: “Formadoh e técnicoh é só com o #novoensinomédio.”. Tais escolhas lexicais (uso da letra h no final de palavra para ressaltar a tonicidade) podem ser uma tentativa via linguagem híbrida de falar diretamente com usuários adolescentes da plataforma do Sesi. Ao lado, em menor destaque, há uma citação com o depoimento de um possível aluno da cidade de Maceió (AL), Carlos Eduardo dos Santos Silva, de 18 anos, que, de acordo com o conteúdo compartilhado, está inserido nas mudanças do currículo do Ensino Médio:

Figura 1 – Postagem do Sou SESI (Twitter)



Fonte: @SouSESI (twitter.com).

5. No Twitter, a busca utilizando termos iniciados com # (hashtag) origina melhores resultados devido ao grande uso de # na plataforma.

6. Disponível em: <https://twitter.com/SouSESI>.

Aprofundando nossas buscas dentro do perfil do canal oficial do Sesi no Twitter, nos deparamos com uma pesquisa inédita<sup>7</sup>, feita em 2021, pelo Instituto Francisco Soares Brandão (FSB) de Pesquisa, encomendada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Com o objetivo de avaliar a nova estrutura curricular do Ensino Médio, um total de mil alunos de escolas da rede pública de São Paulo, do Mato Grosso do Sul e da rede Sesi foram entrevistados. A pesquisa também ouviu outros mil alunos que estudam em escolas que não adaptaram seus currículos aos parâmetros do Novo Ensino Médio, a fim de comparar as respostas dos dois grupos. A pesquisa foi realizada através de perguntas divididas em três blocos: Relevância da escola; Novo Ensino Médio; Mercado de Trabalho.

De acordo com o Instituto FSB Pesquisa<sup>8</sup>, 61% dos alunos que estão cursando o Novo Ensino Médio o avaliam positivamente; 84% dos estudantes do Ensino Médio têm interesse na educação profissional e 91% têm interesse em cursar ensino superior (86% avaliam como muito importante/importante o fato de a Formação Técnica e Profissional ser uma alternativa para o aluno dentro da carga horária do ensino médio regular.); 26% (a maioria) escolheram o itinerário de Formação Técnica e Profissional (FTP) entre as cinco opções oferecidas. Desses alunos que optaram pelo itinerário de FTP, 31% justificaram a escolha pelo interesse que têm em ingressar no mercado de trabalho logo após ensino médio, enquanto 28% justificaram a predileção pela FTP em função de uma afinidade com o curso superior que desejam fazer. Dos alunos que responderam a entrevista, 50% apontaram, como principal fator de atração do jovem para o mercado de trabalho, a conquista de um emprego formal registrado em carteira.

Vejamos como este último dado aponta para uma contradição implícita ao sistema educacional vigente moldado pela economia neoliberal que não é sequer refletida nas escolas de forma crítica: o liberalismo econômico tem como premissa a livre concorrência de mercado, o que significa que cada um é potencial empreendedor e não um trabalhador submetido às leis do trabalho. Como bem explica Han (2020), para o regime neoliberal, não existe um proletariado ou uma classe trabalhadora que seja explorada pelo proprietário dos meios de produção, uma vez que, como capital humano imerso em uma produção imaterial, cada um

7. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer\\_public/92/cb/92cbadd14-4fdc-4137-9692-4af4a8f7504f/instituto\\_fsb\\_pesquisa\\_-\\_sesi\\_senai\\_-\\_novo\\_ensino\\_medio.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/92/cb/92cbadd14-4fdc-4137-9692-4af4a8f7504f/instituto_fsb_pesquisa_-_sesi_senai_-_novo_ensino_medio.pdf).

8. Disponível em: [https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/estudantes-avaliam-positivamente-o-novoensinomedio/?utm\\_campaign=cni\\_pesquisanovoensinom%C3%A9dio&utm\\_content=mb220&fbclid=IwAR2lBk-JkucSdb\\_m2xrkZMAXlswB8dnaAOOf0csGwXJV6hjuf3nz6NlJupE](https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/estudantes-avaliam-positivamente-o-novoensinomedio/?utm_campaign=cni_pesquisanovoensinom%C3%A9dio&utm_content=mb220&fbclid=IwAR2lBk-JkucSdb_m2xrkZMAXlswB8dnaAOOf0csGwXJV6hjuf3nz6NlJupE).

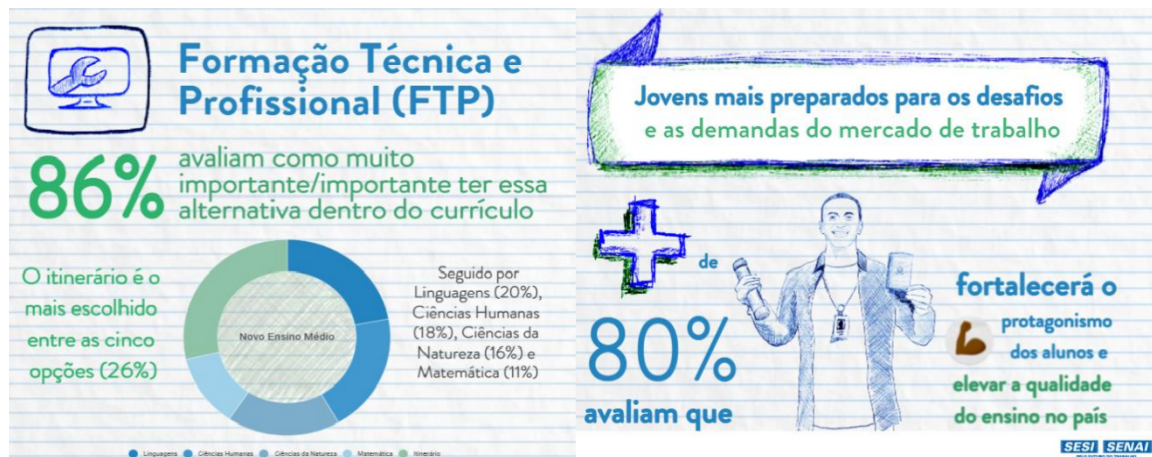
possui, ou é por si só, um meio de produção. Assim, em vez de o Novo Ensino Médio inserir os alunos no famigerado mercado de trabalho (desejo manifestado pelos alunos que responderam à pesquisa), eles serão instrumentalizados para serem empresários de si mesmo, para terem a liberdade de escolha entre as ofertas “disponíveis” de terceirização e uberização do trabalho; eles serão instrumentalizados para serem produtores de conteúdo e consumidores passivos de mercadorias.

Diante desses dados, trazemos as discussões do NLG referente às mudanças nas vidas das pessoas ocasionadas pelo mundo do trabalho. De acordo com as observações do grupo, “com o desenvolvimento do pós-fordismo, ou do capitalismo rápido, cada vez mais locais de trabalho estão optando por uma hierarquia achatada.” (NEW LONDON GROUP, 2021, p. 109). Dessa forma, relações horizontais do trabalho em equipe passam a surgir, tomando o lugar de hierarquias de comando, e valorizando culturas de trabalho nas quais trabalhadores flexíveis e polivalentes são dominantes. Ao adotar este discurso, o NLG chama a atenção da comunidade acadêmica e dos profissionais do ensino para a diversidade de conhecimentos especializados e disciplinares que surgiram com as mudanças no âmbito do trabalho e que passaram a ser responsabilidade de nós educadores no que se refere às implicações que fazemos relacionadas a uma vida profissional produtiva, sendo necessárias mudanças na pedagogia do letramento crítico para que ela seja relevante na vida profissional de alunos e para que eles tenham acesso a um emprego satisfatório (NEW LONDON GROUP, 2021, p. 109). Uma vez que declaram a importância de uma formação e de uma pedagogia voltada, também, para o mundo do trabalho, o NLG aborda um outro lado da cultura corporativa e do capitalismo rápido, classificando-os como um possível “pesadelo”.

À medida que refazemos nossa pedagogia do letramento para ser mais relevante para um novo mundo do trabalho, precisamos estar cientes do perigo de que nossas palavras sejam cooptadas por discursos impulsionados pela economia e pelo mercado, por mais contemporâneos e “pós-capitalistas” que possam parecer. A nova literatura sobre o capitalismo rápido enfatiza a adaptação à mudança constante por meio do pensamento e da fala por si mesmo, da crítica e do empoderamento, da inovação e da criatividade, do pensamento técnico e sistêmico e da aprendizagem de como aprender. Todas essas formas de pensar e agir são veiculadas por novos e emergentes discursos. Esses novos discursos sobre o local de trabalho podem ser interpretados de duas maneiras muito diferentes – como a abertura de novas possibilidades educacionais e sociais, ou como novos sistemas de controle ou de exploração mental (NEW LONDON GROUP, 2021, p. 110).

Ampliamos, então, a discussão que estamos propondo entre o que defende e presuppõe a Pedagogia dos Multiletramentos e os dados que trazemos a seguir. A figura 2 também traz a pesquisa realizada pelo Instituto FSB Pesquisa. Nela podemos notar o caráter tendencioso do site do instituto, uma vez que, antes de 86% dos entrevistados julgarem muito importante/importante ter a Formação Técnica Profissional como uma alternativa dentro do currículo, 91% deles declararam interesse em cursar o ensino superior, enquanto um número menor, 84%, têm interesse na educação profissional. Contudo, apenas a informação sobre a FTP, ratificada com uma faixa que traz a informação de que haverá jovens mais bem preparados para os desafios e as demandas do mercado de trabalho, aparece em destaque e em forma de infográfico.

**Figura 2** – Recorte de Infográfico com Resultados da Pesquisa do Instituto FSB



Fonte: Site do Instituto FSB Pesquisa.

O fato de estarmos discutindo acerca de postagens e pesquisas que dão publicidade e fazem propaganda do Novo Ensino Médio em canais de comunicação como os do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) é um indicativo de que as demandas de mercado estão fortemente atreladas às reformas previstas para o Novo Ensino Médio, sobretudo no que diz respeito aos itinerários formativos. Na seção *Quem Somos* do Portal da Indústria na Internet, vemos que CNI, Sesi, Senai e IEL têm por “missão é defender e representar as empresas brasileiras no país e no exterior. O SESI promove a qualidade de vida, saúde e segurança do trabalhador da indústria, além da educação que forma para o mundo do trabalho”<sup>9</sup>. Portanto, não nos é demandando muito

9. Trecho retirado da seção *Quem Somos* do Portal da Indústria na Internet sobre a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

esforço ou investigação para concluirmos sobre os interesses particulares destas instituições em apoiar a reforma do Ensino Médio.

Hissa e Sousa (2020), ao problematizarem sobre a questão dos multiletramentos e as habilidades e competências voltadas para o mundo do trabalho, mencionam uma entrevista de Allan Luke<sup>10</sup>, um dos membros do GNL, na qual ele é reticente no que diz respeito às formas em que os multiletramentos estão sendo recebidos nos currículos escolares e nos documentos formativos (como a BNCC, por exemplo). Para ele, em função de um caráter de didatização dos multiletramentos, muitos textos os têm transformando em ensino regular de habilidades e competências engessadas e universalizantes, que não levam em consideração os contextos específicos inseridos em cada evento de interação por meio das práticas multiletradas. Para Hissa e Sousa (2020, p.568), uma crítica contundente apontada por Allan Luke se relaciona à incorporação dos multiletramentos à lógica do capital humano, redefinindo as habilidades e ferramentas necessárias para a nova economia da sociedade neoliberal. Considerando as orientações da BNCC, assim como a configuração tecnicista do Novo Ensino Médio, podemos afirmar que os multiletramentos também vêm sofrendo um processo de mercantilização que segmenta os conhecimentos e as práticas dos estudantes em uma lista quantificável de habilidades e competências.

Ao refletirmos sobre as informações até aqui expostas acerca da reforma do Ensino Médio, identificamos uma vertente essencialmente formadora voltada para aquisição de conhecimentos técnicos dentro de um currículo que confere quase 50% de seu desenvolvimento aos itinerários formativos. A informação proveniente da pesquisa do Instituto FSB Pesquisa de que, entre os cinco eixos ofertados referentes aos itinerários formativos<sup>11</sup>, a maioria dos alunos entrevistados, já inseridos no Novo Ensino Médio, optaram por cursar o itinerário de Formação Técnica e Profissional, revela a grande preocupação dos jovens brasileiros, diante do contexto político e econômico do Brasil, em conseguir um emprego imediatamente após concluírem o Ensino Médio, priorizando uma formação que compromete o desenvolvimento do senso crítico desses indivíduos, “tornando-os incapazes de perceber as ideologias mantenedoras da ordem neoliberal, silenciando os debates sobre moralidade, ética e as consequências que os meios de comunicação podem acarretar para a vida em sociedade” (GARCIA; LUKE; SEGLEM, 2018).

---

10. Um dos autores do Manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos e participante do New London Group.

11. Recapitulando os eixos: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional (FTP).

Vejam os depoimentos do estudante do Sesi, Carlos Eduardo dos Santos Silva (figura 1). O estudante diz ser a favor do novo formato do Ensino Médio porque “não tem que estudar para 13 provas”, pois “quando você faz muita coisa, deixa de ser aprendizado e passa a ser decorado”. Carlos, claramente, descreve a visão de um aluno produto de um sistema de ensino que ainda não conseguiu (e/ou não se interessou em) colocar em prática os estudos sobre multiletramentos, reproduzindo modelos de aulas tradicionais pautados em quantidade de conteúdo a ser dado. Ao ser inserido, então, em uma proposta educacional que limita suas possibilidades de adquirir conhecimento, porém “garante” formação específica para a conquista de um emprego, Carlos, que apenas enxerga a não obrigação de estudar para 13 provas, obviamente, é a favor do Novo Ensino Médio.

Corroborando com nossa reflexão, o site *futura.org*, uma associação entre o Canal Educacional Futura e seus parceiros mantenedores<sup>12</sup> (Sebrae, Fiesp, Sesi, Senai, Grupo Globo, Itaú Social e Fundação Bradesco), publicou, em 2020, uma entrevista com Ana Inoue,<sup>13</sup> assessora de educação do Itaú BBA, que, segundo o site, é uma das maiores especialistas em ensino técnico do Brasil. Ao ser questionada sobre a implantação do ensino técnico como itinerário formativo no Ensino Médio, Ana Inoue responde:

Precisamos olhar a educação profissional e técnica na perspectiva de um itinerário contínuo, em que o aluno, optando por esta trajetória, possa prosseguir seus estudos, ter reconhecidas as suas habilidades e competências em um posterior curso superior, seja de tecnólogo ou bacharelado. Além disso, sabemos que no ensino superior não há vagas para todos (há vagas para apenas 20% dos jovens que se formam no Ensino Médio) e, como já mencionado, a formação para o trabalho e para a cidadania é dever constitucional do estado, da família e da sociedade (INOUE, 2020).

Pela resposta da assessora de comunicação do Itaú, é clara a ideia de exclusão já tácita e normalizada de que nem todos terão acesso à educação superior (e nada pode ser feito, obviamente). O que se pode fazer é garantir o acesso a um itinerário formativo de capacitação tecnológica para que o aluno se alinhe à precarização do trabalho assalariado e com os direitos garantidos e seja ele mesmo responsável pelo seu percurso de gestor. Afinal, no século XXI, com as novas tecnologias, só não é empreendedor quem não quer, não

---

12. As instituições parceiras compõem grupos econômicos, políticos e midiáticos que representam bancos e a classe empresarial. São elas que estão patrocinando as campanhas publicitárias do Novo Ensino Médio.

13. Segundo o site LinkedIn, Ana Inoue é “psicóloga formada pela PUC-SP, foi assessora do banco Itaú BBA na concepção e desenvolvimento de projetos de educação de 2005 a 2019. É membro do conselho de várias instituições do terceiro.”

é mesmo? Neste contexto, o que fazemos com os 80% que não terão acesso à universidade e provavelmente entraram para o exército de reserva global do trabalho? O mercado sabe perfeitamente a resposta: ampliar ainda mais os mecanismos de (auto)exploração em nome da liberdade de escolha, pois, na sociedade neoliberal, a exploração tem lugar como liberdade e autorrealização (HAN, 2017).

Ainda que a assessora do Itaú<sup>14</sup> considere, em outro trecho da entrevista, que um dos principais desafios do Novo Ensino Médio seja “atualizar o ensino técnico, tornando-o emancipatório, ajustado às necessidades de um mundo em transformação, onde todos estarão em constante formação e aprendizagem.”, o jogo do discurso aqui está pautado na dobradinha mercado-educação, sem espaço para discussão sobre as estreitas fronteiras entre empresa e escola que moldam as reformas na educação.

Estamos diante de uma educação voltada para uma formação em massa de força de trabalho qualificada para serem cooptados pela proposta indecorosa da terceirização e privatização do trabalho como única alternativa vigente para a situação de milhões de desempregados e marginalizados da sociedade, em franca desresponsabilização do governo com a educação e a garantia de emprego digno para todos. Tal política acentua práticas de competitividade, o individualismo, despolitizando a massa e dessocializando grupo de trabalhadores. Pinheiro (2016), ao associar demandas de competição e produção a “modelos de ensino que se enquadram em lógicas mercadológicas”, alerta sobre o risco de transformação da educação em *commodities*, na qual “o papel seria mais direcionado e dimensionado pela utilidade e função que desempenhariam no/para o mercado, como muitos parecem desejar!” (PINHEIRO, 2016, p, 528).

Ao analisarmos o discurso de Ana Inoue, observamos algumas inconsistências e ambiguidades quando ela considera a importância de estudos contínuos após a formação técnica e menciona o fato de não haver vagas para todos no ensino superior. Como dar continuidade aos estudos dessa forma? É mais interesse para o mercado de trabalho que esses estudantes não avancem academicamente, ou seja, que não tivessem acesso à educação superior pública gratuita? A grande questão aqui, sem dúvidas, envolve a seguinte prerrogativa: como transformar o ensino técnico em ensino emancipatório quando há interesse e investimentos de empresas com foco na formação técnica e profissional de estudantes do Ensino Médio?

---

14. O foco do Itaú BBA Educação está na formação técnica e profissional articulada ao Ensino Médio, apoiando, assim, secretarias estaduais de educação de vários estados, e lucrando com cursos e com a formação de mão de obra especializada.



Atualmente, a emergente e progressiva implantação do Novo Ensino Médio nas escolas de todo o país faz com que surjam programas de cursos técnicos e profissionalizantes que contabilizem para a carga horária regular dessa etapa do ensino. O Novotec, por exemplo, surge, em São Paulo, nesta perspectiva de ofertar cursos gratuitos aos estudantes do Ensino Médio das escolas estaduais paulistas. De acordo com o site do programa, os cursos visam atender às demandas do mercado de trabalho, proporcionando certificação profissional, aulas no contraturno, além de bolsa-auxílio de R\$600,00 para os estudantes.

Com o fito de fechar a discussão a que nos propomos neste texto, ressaltamos a capa do site do Novotec<sup>15</sup>. Como mostra a figura 3, a primeira mensagem para o leitor do site, posicionada no centro do espaço da tela [com fontes grandes que contrastam com o plano de fundo com a imagem de estudantes retratados em um plano bem próximo ao leitor e com semblantes calmos e satisfeitos], é uma forma de apelo visual para criar uma conexão entre o programa e o leitor do site. A frase “Conecte educação com o mundo do trabalho” ganha maior destaque pelo tamanho da fonte com o objetivo de retratar a importância e o peso que há no fato de o estudante se preparar profissionalmente para o futuro. Ainda há o destaque para a informação sobre a bolsa-auxílio, mais uma estratégia de apelo para que a proposta do programa seja aceita e aderida.

**Figura 3** – Página inicial do site do programa Novotec



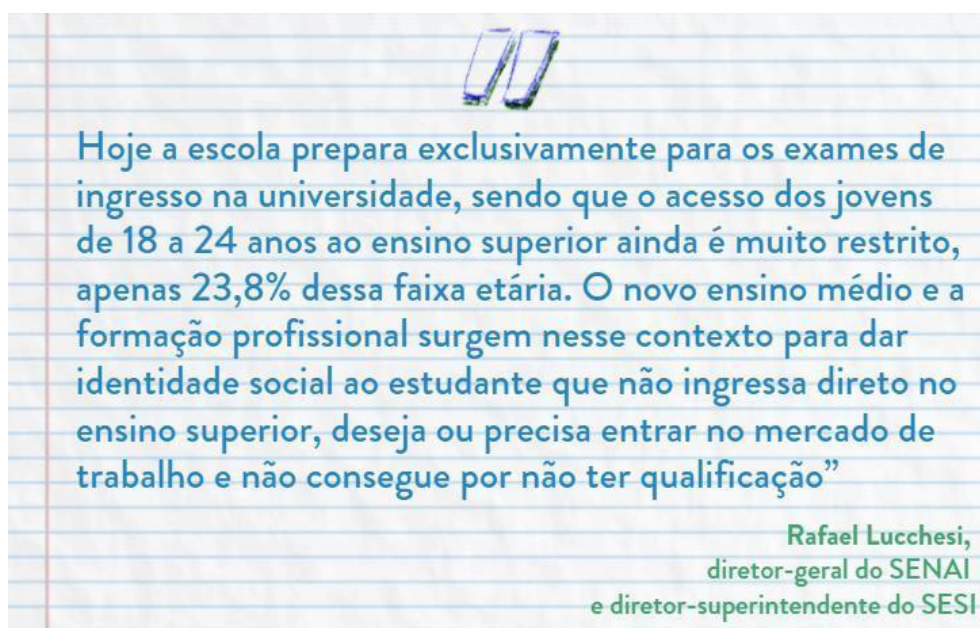
**Fonte:** Site do Novotec.

15. Disponível em <https://www.novotec.sp.gov.br>.

No Ceará, a Escola Sesi/Senai lançou, em 2019, edital para o Curso Novo Ensino Médio ofertando vagas gratuitas em Fortaleza para os itinerários formativos de Ciências da Natureza e Formação Técnica e Profissional, na área de Tecnologia da Informação, com o intuito de iniciar a implantação do Novo Ensino Médio em 2020. Assim, além de ser um dos itinerários formativos que fazem parte do currículo do Novo Ensino Médio, a formação técnico e profissional é, ainda, motivada por tais programas e cursos que oferecem até valores em dinheiro a alunos que, certamente, são parte da população que sofrem com a vulnerabilidade social no país.

Salientando o caráter altamente técnico do Novo Ensino Médio que vem sendo implantado por cursos e programas, como mencionamos acima, a figura 4 mostra um depoimento de Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai e diretor-superintendente do Sesi. Ele, ao problematizar a formação de alunos direcionada para o ingresso no ensino superior, prioriza a formação exclusivamente técnica associando-a à identidade social que o estudante, eventualmente, não adquire por não ingressar na universidade. Tal manifestação por parte do diretor reitera a posição e a noção que construímos aqui sobre a proposta do Novo Ensino Médio estar diretamente vinculada à produção exclusiva de mão de obra qualificada e com o futuro garantido.

**Figura 4** – Recorte de Infográfico com Resultados da Pesquisa do Instituto FSB Pesquisa



**Fonte:** Site do Instituto FSB Pesquisa.

## Considerações Finais

Identificamos em nossa pesquisa, através de análises de peças publicitárias postadas nas redes sociais sobre o Novo Ensino Médio, a construção de um sistema de ensino voltado para a produção em massa de mão de obra técnica, que priva os estudantes de todo o país de desenvolverem pensamento crítico capaz de questionar as situações e o contexto nos quais estão inseridos. Tal pensamento crítico procura demonstrar a inviabilidade de um Ensino Médio que toma como base não a inclusão de múltiplos saberes e culturas, de práticas (multi)letradas, de eventos de sociabilidade multilingues, de modos de atuação social pelo trabalho coletivo e equânime, mas sim a formação de uma autonomia, de um protagonismo, e de um empreendedorismo nos parâmetros da sociedade burguesa via educação mercadológica. Logo, para termos uma educação crítica, tacitamente subversiva, é necessário romper com a educação como mera apropriação tecnocientífica, romper com uma racionalidade instrumental imposta pela economia de mercado neoliberal, a fim de que uma educação política seja levada a sério.

Neste sentido, a Pedagogia dos Multiletramentos pode ajudar muito a proposição de itinerários formativos, uma vez que ela trabalha metodologicamente com uma abordagem autêntica que envolve processo de conhecimentos experienciais, de aprendizagem pela descoberta, pelo questionamento, baseada em problemas e projetos. Como a proposta de Novo Ensino Médio é dar autonomia para os alunos, a abordagem autêntica dos multiletramentos delinea toda a metodologia de ensino para o processo de aprendizado centrado no aluno, com ênfase na participação e em atividades que são fundamentadas em suas práticas cotidianas, em práticas regionais, nacionais e globais, com o fito de trazer para a escola as diversidades culturais e linguísticas que acontecem no mundo moderno. Para isso, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) auxiliam o docente no trabalho com letramentos críticos de abordagem autêntica.

Assim, os itinerários formativos que trabalham as tecnologias com os alunos podem adotar várias propostas metodológicas descritas com base na Pedagogia dos Multiletramentos, tendo em vista a amplitude de alcance que as premissas de design e práticas ganham em uma abordagem que visa à fluidez na construção de significados. Estas propostas vão desde um trabalho com os múltiplos design de construção de sentido nas interações sociais (áudios, vídeos, imagens, movimentos corporais, letra, grafismo, virtualidades), passando por práticas situadas que experienciam o novo e o conhecido; instruções explícitas que con-

ceitualizam por nomeação e por teoria; enquadramento crítico que analisa a função e a expressão das práticas sociais, e chegando às práticas transformadas onde os alunos aplicam o que aprendem de forma criativa e apropriada à situação de interação. Estes são apenas exemplos de como há uma possibilidade concreta de trazer para os planejamentos didáticos dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio uma Pedagogia que está referendada e explicitada na BNCC, cujas premissas fundantes são a diversidade, a autonomia e as práticas autênticas dos alunos.

## Referências

ALMEIDA, T. Novo Ensino Médio: o que muda na prática? *Futura*, 2020. Disponível em: <https://www.futura.org.br/novo-ensino-medio-o-que-muda-na-pratica>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017.

CONSIDERA, Anabelle. Um museu de grandes novidades: a reforma do Ensino Médio e a BNCC. In: GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIM, M, A (Orgs.). *A BNCC e o ensino de línguas e literaturas*. Campinas-SP: Pontes, 2019.

COSCARELLI, C. V.; CORRÊA, H. T. As boas influências: Pedagogia dos Multiletramentos, Paulo Freire e BNCC. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 20–32, 2021.

DIAZ, L. MEC anuncia cronograma para o Novo Ensino Médio e alterações no Enem. *Guia do Estudante*, 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/mec-anuncia-cronograma-para-o-novo-ensino-medio-e-alteracoes-no-enem>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FSB PESQUISA. Novo Ensino Médio na visão dos estudantes. *Confederação Nacional da Indústria*, 2021. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer\\_public/92/cb/92cbad14-4fdc-4137-9692-4af4a8f7504f/instituto\\_fsb\\_pesquisa\\_-\\_sesi\\_senai\\_-\\_novo\\_ensino\\_medio.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/92/cb/92cbad14-4fdc-4137-9692-4af4a8f7504f/instituto_fsb_pesquisa_-_sesi_senai_-_novo_ensino_medio.pdf). Acesso em: 21 nov. 2021.

GARCIA, A; LUKE, A; SEGLEM, R. Looking at the Next 20 years of Multiliteracies: A Discussion with Allan Luke, *Theory into Practice*, 57:1, 2018. p. 72-78.

GRUPO NOVA LONDRES. Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais. Tradução de Deise Nancy de Moraes, Gabriela Claudino Grande, Rafaela Saleme Bolsarin Biazotti, Roziane Keila Grando. *Revista Linguagem em Foco*, v.13, n.2, 2021. p. 101-145.

HAN, BYUNG-CHUL. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

HAN, BYUNG-CHUL. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 7ª edição, 2020.

HISSA, Débora Liberato Arruda. Multiletramentos em tempos de política neoliberal: relação entre mercado de trabalho e educação escolar. *Revista Linguagem em Foco*, v. 13, n. 2, 2021. p. 43-51.

HISSA, Débora Liberato Arruda; SOUSA, Nágila Oliveira de. A pedagogia dos multiletramentos e BNCC de língua portuguesa: diálogos entre textos. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 14, n. 29, p. 565-583, 2020.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; PINHEIRO, P. *Letramentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAIA, A. Estudantes avaliam positivamente o Novo Ensino Médio. *Agência de Notícias da Indústria*. Disponível em: [https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/estudantes-avaliam-positivamente-o-novo-ensino-medio/?utm\\_campaign=cni\\_pesquisanovoensinom%C3%A9dio&utm\\_content=mb220&fbclid=IwAR2IbKJkucSDb\\_m2xrkZMAXlswB8dnaAOf0csGwXJV6hjquf3nz6NjlpE](https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/estudantes-avaliam-positivamente-o-novo-ensino-medio/?utm_campaign=cni_pesquisanovoensinom%C3%A9dio&utm_content=mb220&fbclid=IwAR2IbKJkucSDb_m2xrkZMAXlswB8dnaAOf0csGwXJV6hjquf3nz6NjlpE). Acesso em: 21 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Novo Ensino Médio - perguntas e respostas*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NOVOTEC. O que é? Disponível em: <https://www.novotec.sp.gov.br/#Programa>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PINHEIRO, Petrilson. A Pedagogia dos multiletramentos 25 anos depois: algumas (re)considerações. *Revista Linguagem em Foco*, v.13, n.2, 2021. p. 11-19.

PORTAL DA INDÚSTRIA. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/atuacao-internacional/quem-somos>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RIBEIRO, A. E. Que futuros redesenhamos? Uma releitura do manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos e seus ecos no Brasil para o século XXI. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-19, 2020.

SESI. Novo Ensino Médio - *Escola SESI SENAI*. 2019. Disponível em: <https://www.sesi-ce.org.br/exibir/127246/novo-ensino-medio-2020>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos. Um Letramento (no) Singular: a retomada da agenda revolucionária em tempos de educação ultraliberal. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 3, p. 1310-1330, 2019.